

Revisão sistemática de literatura? Depende! Limites de procedimentos quantitativos de análise de literatura na área de Administração

Fábio Vizeu, Kamille Ramos Torres e Luan Matheus Pedrozo Kolachnek

RESUMO

A revisão sistemática de literatura, bem como outros procedimentos similares de levantamento bibliográfico, tem sido amplamente utilizada como ferramenta pretensamente capaz de viabilizar uma acurada varredura sobre como determinado tema é tratado no campo acadêmico-científico. Tais metodologias se valem da atual estrutura digital de publicidade da literatura acadêmica, onde algoritmos e ferramentas de busca em bases de dados permitem que se acesse milhares de textos, bem como se filtre o que seriam amostras representativas do que se convencionou como o 'estado da arte'. Contudo, assumindo um viés quantitativo e um objetivismo reducionista, tais procedimentos desconsideram importantes aspectos qualitativos da comunicação acadêmica, especialmente em campos tão paradigmaticamente plurais como o da Administração. Isto posto, este texto objetiva discutir tais ferramentas, por meio da crítica epistemológica. Nosso principal argumento é o de que tais procedimentos se originaram em campos onde a visão de ciência e do texto acadêmico é positivista e fundada em um cânone homogêneo, o que justifica a pretensão de cobertura da convergência do pensamento científico nos campos originais das metodologias. Todavia, se considerarmos a polissemia e a diversidade epistemológica da pesquisa em Administração, a intenção revisional dessas metodologias torna-se incompleta e/ou limitada, já que os elementos de convergência/divergência do pensamento são de ordem argumentativa. Por isso, pleiteamos um proceder qualitativo para a sistematização da literatura de referência.

Palavras-chave: revisão de literatura; revisão sistemática; quadro teórico de referência; comunidade acadêmica; comunicação acadêmica.

Recebido em: 20/01/2022

Revisado em: 11/03/2022

Aprovado em: 16/04/2022



Systematic literature review? It depends! Limits of the quantitative literature analysis procedures in the management field

ABSTRACT

Systematic literature review, as well as other similar bibliographic survey procedures, have been widely used as tools supposedly capable of making an accurate analysis of how a given topic is treated in the academic-scientific field. Such methodologies make use of the current digital structure of publicity of academic literature, where algorithms and search tools in databases allow accessing thousands of texts, as well as filtering what would be representative samples of what is conventionally known as the 'state of the art'. However, assuming a quantitative bias and a reductionist objectivism, such procedures disregard important qualitative aspects of academic communication, especially in such paradigmatically plural fields as Management. That said, this text aims to discuss such tools, through epistemological criticism. Our main argument is that such procedures originated in fields where the view of science and the academic text is positivist and founded on a homogeneous canon, which justifies the intention to cover the convergence of scientific thought in the original fields of methodologies. However, if we consider the polysemy and epistemological diversity of research in Management, the revisional intention of these methodologies becomes incomplete and/or limited, since the elements of convergence/divergence of thought are of an argumentative nature. Therefore, we plead for a qualitative procedure for the systematization of the reference literature.

Keywords: literature review; systematic review; theoretical frame of reference; academic community; academic communication.

Fábio Vizeu ,

Universidade Positivo, Brasil
Doutor em Administração, Escola de
Administração de Empresas de São
Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Brasil

vizeu@up.edu.br

Kamille Ramos Torres ,

Universidade Positivo, Brasil
Doutoranda em Administração,
Universidade Positivo, Brasil

kamillertorres@gmail.com

Luan Matheus Pedrozo
Kolachnek ,

Universidade Positivo, Brasil
Doutorando em Administração,
Universidade Positivo, Brasil

luan_mpk@hotmail.com

Introdução

Nos últimos anos, o campo acadêmico-científico da área de Administração e afins tem acompanhado a disseminação de procedimentos sistemáticos de levantamento e análise bibliográfica, tais como a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), a Revisão Integrativa de Literatura (RIL), a Bibliometria e a Meta-Análise (Zupic & Čater, 2015; Cooper, 1986; Tranfield, Denyer & Smart, 2003; Üsdiken & Pasadeos, 1995; Vlačić, Corbo, Silva & Dabić, 2021). O uso destes métodos e de outros similares supõe, a partir das argumentações apresentadas pelos seus usuários, a garantia de rigor e abrangência na cobertura da literatura acadêmico-científica de determinado tema de interesse, sendo considerado por muitos como estratégias adequadas para se levantar o estado da arte¹ (Martins, 2021; Kreutz *et al*, 2020; Cooper, 1982; Vlačić, Corbo, Silva & Dabić, 2021). Tais procedimentos também são adotados com a promessa de se produzir sínteses de todo conhecimento já gerado sobre o assunto, dando a pesquisador a segurança de que sua pesquisa será relevante e contributiva para o campo, já que, se pensada a partir de tal levantamento, indicará possíveis lacunas e caminhos esperados pela comunidade científica (Zupic & Čater, 2015; Cooper, 1982; Pursell & McCrae, 2020).

Talvez, devido ao encanto por tais promessas, pouco se critica o uso indiscriminado de tais procedimentos, nem mesmo se reflete sobre a real contribuição dessas fórmulas de levantamento bibliográfico. Por exemplo, se considerarmos a natureza sócio-histórica da comunicação e linguagem acadêmica (Stefani & Vizeu, 2014), bem como as especificidades do léxico especializado desta comunidade (Matitz & Vizeu, 2012), já temos elementos suficientes para perceber que esses 'procederes da moda' de revisão de literatura não entregam o que prometem, pois desconsideram pontos críticos da dinâmica sociolinguística da comunicação científica das ciências sociais. Mesmo que tais procedimentos possam trazer alguma contribuição, ao se adotá-los sem reflexão crítica, os potenciais benefícios se anulam na medida que tais ferramentas são utilizadas mais visando a legitimação do texto do que pela consciência do pesquisador sobre o que garantiria sua efetividade.

Um ponto interessante para se apontar a falta de efetividade de tais procedimentos é o fato de que estes não se originaram no campo de Estudos Organizacionais e de Gestão. Ao se confrontar as premissas de suas áreas de origem com os parâmetros epistemológicos e paradigmáticos de nossa área, é possível desnudar problemas graves no uso indiscriminado destes métodos (Tranfield; Denyer; Smart, 2003). Em nosso texto, partimos da premissa de que os distintos procedimentos sistemáticos de revisão ou análise de literatura são métodos e técnicas de pesquisa de base quantitativa e que não consideram pontos críticos das relações sociolinguísticas da comunicação e organização do campo das ciências sociais, como, por exemplo, os diferentes interesses determinando o propósito de investigação e o desenho da pesquisa (Habermas, 1982), em que se destaca o interesse econômico dos *publishers* (Waters, 2004), o caráter cerimonial da coautoria de *papers* (Rossoni, 2018), ou mesmo as disputas epistemológicas que

1 'Estado da arte' é um termo que indica, entre outras coisas, qual o *status* atual da pesquisa/ conhecimento científico sobre o tema investigado.

revelam interesse por controle dos espaços simbólicos da verdade científica (Bourdieu, 2011). Neste esquadro de procederes de revisão de literatura de base quantitativa e com uma fraca (ou nula) orientação sociolinguística, consideramos os seguintes métodos: i) a Revisão Narrativa; ii) a Revisão Integrativa de Literatura; iii) a Revisão Sistemática de Literatura; iv) a Meta-Análise; v) a Revisão Bibliométrica (ou Bibliometria) e; vi) a Revisão Cientométrica (ou Cientometria).

O objetivo desse texto é o de ensaiar uma crítica a tais procederes quantitativos de revisão de literatura, para alertar aos pesquisadores do campo sobre os riscos da adoção indiscriminada destes e, em adição, sinalizar para um possível caminho para novos procederes. Assim, assumimos aqui a perspectiva de ensaio enquanto forma, onde, por meio deste gênero textual, torna-se possível propor ou articular argumentos com vias de provocar a reflexão e o incômodo, de forma a mobilizar para o debate. Nesta concepção, seguimos a proposta apresentada por Meneghetti (2011), que vê o ensaio como um gênero distinto do artigo, um texto que possibilita a agitação dos significados que perfazem a ação no campo e que atua diretamente na relação do sujeito com o objeto, estimulando, assim, a reflexão pela consciência interpretativa. Isto posto, a intenção de nosso ensaio é a de instigar o debate pela crítica epistemológica a tais métodos, provocando em nossos pares o incômodo necessário para que seja possível o desenvolvimento de novas práticas ou, no mínimo, estimulando um uso mais consciente sobre as limitações de tais métodos. Isto posto, não pretendemos demonizar o uso de métodos quantitativos de revisão de literatura (apesar de nossa retórica negativa, utilizada no texto como recurso argumentativo); pretendemos apenas provocar a reflexão e o debate, para que recuperemos o que deveria ser a essência do pensamento dialético acadêmico, a transformação e descoberta do novo pela argumentação e pelo contraditório (Habermas, 1987).

Nosso texto, assume a seguinte estrutura, que reflete nossa estratégia argumentativa. Primeiro, iremos pontuar o que entendemos como a prática de citação, revelando seu caráter normativo e cerimonial, mas, também, recuperando sua essência argumentativa. Em seguida, apresentamos as práticas de revisão em sua dimensão sócio-histórica (Stefani & Vizeu, 2014), em que recuperamos a origem e o contexto de emergência de tais procederes. A partir deste ponto, apresentamos a seção de discussão, onde nossa crítica é sintetizada. Somente então chegamos a nossas considerações finais, onde delineamos possíveis caminhos para o desenvolvimento de procederes de revisão de literatura de natureza qualitativa, mais condizentes com as premissas paradigmáticas do campo da Administração e afins.

Redescobrimo a dinâmica da prática de citação acadêmica

A produção de conhecimento científico se caracteriza, entre outras condições, pelo constante debate entre os membros da comunidade acadêmica (Habermas, 1982; Ricoeur, 1991; Bourdieu, 2011). E esse debate ocorre particularmente pelo texto escrito e, formalmente construído,

seguindo regras próprias de escrita e léxico (Matitz & Vizeu, 2012). Por isso mesmo, um proceder encontrado em qualquer texto acadêmico é a citação, uma prática que visa conectar seu argumento com aquilo que é conhecido (e supostamente legitimado) pela comunidade científica. É por meio da citação de trabalhos publicados e da apreciação de seus argumentos que se ampliam a compreensão sobre determinado objeto de investigação científica, seja pela evidência empírica relatada nos estudos citados, seja pela argumentação lógica dos textos de natureza teórica (Garfield, 1955; 1979; Üdisken & Pasadeos, 1995). É assim que a prática da 'revisão de literatura' é uma etapa fundamental para o avanço do conhecimento científico, pois representa a essência daquilo que é a ideia de comunidade: a construção do pensamento coletivo pelo estabelecimento do diálogo (Habermas, 1987).

Dito de outro modo, é pela articulação do que se têm publicado nos canais de comunicação científica que se pode avançar no conhecimento, se valendo de argumentos fundamentados na literatura já legitimada ou em indícios obtidos por pesquisas metodologicamente embasadas no mesmo conhecimento teórico instituído no campo acadêmico-científico. Sob o ponto de vista sociológico, estes indícios também precisam ser publicados nos referidos canais para que sejam considerados como legítimos para essa comunidade científica (Bourdieu, 2011). A essa convergência do pensamento científico já se atribuíram vários nomes, sendo um conceito bem conhecido o de 'paradigma vigente', termo proposto por Kuhn (1997). De acordo com seu proponente, o paradigma explica a tensão entre estabilidade e mudança do conhecimento científico pelo aparecimento de novos modelos explicativos que contestam o *status quo* da comunidade científica, em um gradual processo de mudança incremental do entendimento estabelecido por essas novas formas de concepção, que vão ganhando força na comunidade a partir do debate na literatura. Esse movimento de convergência/divergência é regido por um consolidado sistema de comunicação formal. Por esse motivo, a dinâmica do conhecimento científico está relacionada a existência do debate dentro da literatura científica.

Esse ponto nos leva a considerar que, assim como o campo científico é diverso, também o é o seu campo de comunicação formal. Existem diferentes correntes, diferentes paradigmas, diferentes interesses e pressupostos que orientam as diferentes especialidades acadêmicas (Habermas, 1982; Tranfield, Denyer & Smart, 2003; Üdisken & Pasadeos, 1995), pluralidade que também se manifesta, de maneira correspondente, no conjunto da literatura acadêmica. É assim que, pensar em uma prática tão importante do protocolo de comunicação acadêmica – a revisão da literatura – é uma tarefa que não pode desconsiderar as diferenças no campo, sob pena de expressar uma falsa leitura do que se construiu e como se entende um determinado tema de apreciação acadêmico-científica. Se isso é uma verdade em todos os campos científicos, é mais significativa quando se considera o campo de ciências sociais e humanidades, dado o fato de sua fundamental condição de convivência de diferentes correntes que apontam para uma ampla pluralidade epistemológica (Burrell & Morgan, 1979; Tranfield, Denyer & Smart, 2003; Habermas, 1982).

É assim que apresentamos a seguinte premissa para avaliar os procedimentos sistemáticos de revisão de literatura. Primeiro, partimos do fato de que a comunicação científica e seu produto material – a literatura acadêmica – são elementos fundamentais na compreensão da boa prática neste campo social. Dito de outro modo, entendemos que para se avançar na prática acadêmica em termos de contribuição social, é preciso compreender seu funcionamento enquanto campo (Bourdieu, 2011). Partindo dessa premissa, entendemos que a etapa de ‘revisão de literatura’ é fundamental para a conexão do autor de um texto acadêmico com sua comunidade de linguagem, é o primeiro passo do processo de construção do conhecimento científico (Üdisken & Pasadeos, 1995). Revisar a literatura é escolher suas referências na comunidade, posicionar-se em relação a estas e a outras, em uma palavra, é conectar-se com o pensamento desta comunidade.

Contudo, é preciso vislumbrar qual deveria ser o horizonte deste ato comunicativo. A revisão da literatura deveria promover o novo a partir do estabelecido, criar naquilo que já está posto (Gadamer, 1999). Por isso mesmo, a revisão de literatura é, de certa maneira, um texto potencialmente crítico, no sentido de apresentar de forma lógica seu posicionamento em favor de certos argumentos já postos, mas, também, se posicionando contra outros (Lara; Vizeu, 2020). No caso de relatos de pesquisa empírica, a revisão de literatura assume o papel de posicionar hipóteses e premissas teóricas e metodológicas para confirmá-las ou confrontá-las a partir de evidências e/ou indícios verificados em sua prática científica experimental – no sentido dado pela filosofia empirista inglesa (Hessen, 2000). Assim, a revisão de literatura é uma importante prática acadêmica justamente por ter como princípio formar um quadro teórico de referência, ou referencial teórico, em que o autor do texto se posiciona na comunidade, dizendo onde pretende conectar conceitualmente sua pesquisa e seu argumento. É assim que a citação é uma forma de argumentação de natureza convergente ou divergente ao autor/texto citado (pensando esses termos como extremos de um amplo eixo argumentativo), dando condições para validar seu argumento ao mesmo tempo que lhe permite extrapolar ao que está posto. Ou seja, citamos outros textos já publicados nos canais de comunicação científica para legitimar o que apresentamos no nosso texto para os membros desta comunidade de fala; contudo, também é esperado que nosso texto seja contributivo e original, já que há uma expectativa de que inovemos no argumento. Segundo o pensamento da hermenêutica filosófica, é nessa complexa articulação de referências aceitas que se cria o novo, onde o horizonte de possibilidade interpretativas do novo argumento se dá a partir da argumentação e interpretação daquilo que é aceito na tradição (Gadamer, 1999; Habermas, 1987; Ricoeur, 1991; Lara; Vizeu, 2020).

Temos aqui os dois pontos essenciais deste ato comunicativo. A prática de revisão de literatura serve para i) Fundamentar o argumento do autor-acadêmico com referências da própria comunidade, construindo legitimidade para os argumentos por ele/ela apresentados; e ii) Também serve para construir um caminho de consolidação do novo texto, já que se espera que tal esforço se repita no futuro: o novo texto que cita o que já foi publicado é escrito com a expectativa de se tornar referência para

novos textos no futuro. Esse ciclo de citações é que funda a dinâmica da comunicação científica e da prática de referência das revisões de literatura.

A referência não é fruto exclusivo de um trabalho de gabinete. Na verdade, é produto de uma intensa gama de atividades de interação social exercidas em seu papel de membro de uma comunidade acadêmica (Bourdieu, 2011; Torres, 2020). A referência decorre da interação social do pesquisador com outros pesquisadores – em grupos de pesquisas, em encontros científicos, na relação de orientação, entre outros – em momentos formais e informais de interação comunicativa típicos do mundo acadêmico. Se valendo de um termo da sociologia de Bourdieu, é parte do *habitus* do pesquisador, pois a referência parte da interiorização das disposições da estrutura do campo acadêmico-científico de que o pesquisador faz parte, moldando, com isso, sua prática. Como um *habitus*, a referência não somente é uma prática lógica que permite o debate argumentativo, como também tem força normativa e denota uma validação do fazer acadêmico.

É por esse caminho que seguimos com nossa crítica aos procedimentos sistemáticos de revisão/levantamento/análise de literatura². Entendendo que a prática de revisão de literatura é uma interação comunicativa central para o fazer científico, antes, porque conecta o pesquisador com sua comunidade linguística. Sendo uma prática social, os procedimentos institucionalizados de revisão de literatura apresentam uma história, onde se reconhece sua emergência e difusão a partir de um contexto particular. Entender essa emergência e as premissas que lhe condicionaram nos dá uma boa dimensão dos limites dessas ferramentas para a área de Administração.

■ Procederes de levantamento bibliográfico em perspectiva histórica

O debate sobre procederes de levantamento bibliográfico em uma perspectiva histórica torna-se fundamental para a avaliação da efetividade de tais procederes, tendo em conta que o contexto social e político do mundo acadêmico é marcado, ao longo do tempo e em regiões distintas, por diferentes visões de ciência, relações de poder, forças políticas e aspectos simbólicos. Isto posto, o primeiro aspecto a ser considerado é a área em que tais práticas surgiram, bem como o contexto da época na qual esses procederes se popularizaram.

De modo geral, os procederes de revisão ou análise de literatura se desenvolveram ao longo dos anos nos campos das Ciências da Saúde, das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas. Recuperando as menções sobre os textos originais de proposição destes procederes, podemos verificar as seguintes áreas de origem: A Revisão Sistemática de Literatura e

² Aqui utilizamos a ideia de sistematização para todas as denominações existentes, não somente a RSL. Isto porque entendemos por sistemático todo proceder que se vale de um protocolo socialmente difundido e aceito, justificado ou não. Isto posto, não consideramos que a sistematização de procederes seja algo ruim; apenas entendemos que a falta de reflexão sobre a natureza de certos procederes pode levar a um uso inadequado destes protocolos.

a Meta-Análise foram criadas no campo de Medicina, a Revisão Integrativa de Literatura nos campos da Psicologia e Sociologia, a bibliometria e a cientometria no campo de Ciências da Informação e da Biblioteconomia, a Revisão Narrativa de Literatura (também chamada de 'tradicional') é a mais antiga de todas, tendo sido difundida inicialmente como procedimento de prática de pesquisa no campo da Medicina. A bibliometria e a cientometria se assemelham por se tratarem de análise estatísticas, no entanto, o objeto de estudo é diferente: enquanto para a bibliometria, aspectos quantitativos de livros, artigos, documentos, autores e usuários são os que importam, a cientometria se concentra nos indicadores quantitativos voltados para disciplinas, assuntos, áreas e campos (Araújo, 2006). Já a meta-análise é uma técnica estatística de integração e "análise de análises" (Glass, 1976), realizadas em estudos primários.

Mais importante do que verificar os diferentes campos de conhecimento nos quais surgiram os procedimentos é entender quais premissas epistemológicas os suportaram. Por exemplo, a emergência da Revisão Sistemática de Literatura e da Revisão Integrativa de Literatura na saúde está diretamente associada ao conceito de Medicina baseada em evidências (MBE), que, posteriormente, foi renomeado para Prática baseada em evidências (PBE), em que se constitui o conhecimento da prática clínica - tratamentos, diagnósticos, prognósticos - por meio de evidências relatadas em estudos publicados e confiáveis cientificamente (Purssel & McCrae, 2020). Ou seja, a RSL atende ao campo da Medicina por se tratar de uma técnica de sistematização e síntese de resultados de pesquisas que são convergentes e que provêm de método objetivo (Galvão & Pereira, 2014). Por outro lado, a RIL se propõe a sintetizar resultados de pesquisas que são divergentes e que, por isso mesmo, demandam uma análise crítica (Souza, Silva, & Carvalho, 2010). A bibliometria e os indicadores cientométricos surgem e se popularizam como ferramentas de análise do crescimento da produção científica, movimento que está diretamente relacionado com a emergência de uma indústria da publicação acadêmica. A seguir, trataremos desses e de outros aspectos relacionados a história e ao contexto de emergência e desenvolvimento destes procedimentos.

A emergência da Revisão de Literatura na Medicina

Conforme já mencionado, a revisão de literatura tradicional - Revisão Narrativa de Literatura (RNL) - é a mais antiga prática de levantamento bibliográfico. Tendo sido criada na área da saúde, objetiva promover a integração de evidências encontradas em experimentos e publicadas em textos científicos. Historicamente, atribui-se a primeira revisão sistemática ao médico naval James Lind, em 1747, quando este comparou seis tratamentos para o escorbuto de forma crítica e cronológica. A partir da integração das evidências descritas pelas publicações levantadas por Lind sobre o tema, ele elaborou hipóteses e estruturou novos experimentos que lhe permitiram descobrir o tratamento da doença (Chalmers, 2003). Foi assim que surgiu a estrutura fundamental da revisão sistemática de literatura: i) Reúnem-se evidências de diferentes experimentos publicados; ii) Descartam-se as evidências provenientes de pesquisas não confiáveis; iii) Procede-se com

uma síntese no sentido de definir hipóteses; e iv) Estruturaram-se novos experimentos para testar as hipóteses.

Foi especialmente durante o século dezanove, com a consolidação do pensamento científico nas áreas das atividades humanas cotidianas (saúde, tecnologia, política, etc.), que a prática da RNL se difunde como estratégia de produção de conhecimento científico. Esse esforço se confunde com a própria expansão de entidades científicas que, além de terem o papel de legitimar boas práticas, também serviam como espaços de convergência do conhecimento. Não por coincidência, associações científicas e profissionais desta época costumavam editar revistas especializadas para divulgar estudos e debates técnicos entre seus membros (Jenks, 1960). A preocupação fundamental neste movimento era a de aproveitar o avanço dos meios de comunicação científica impressos para reunir os esforços de uma comunidade científica emergente na aurora da Modernidade, onde o método hipotético-dedutivo e o experimento se tornam a grande marca do fazer acadêmico-científico (Santos, 1988; Habermas, 1987). Dito de outro modo, é a visão Positivista de Ciência – baseada na descoberta de ‘Leis Naturais’ pela observação da regularidade e por meio da precisão matemática, e tendo na empiria a fonte absoluta da verdade (Hessen, 2000) – que deram ímpeto para a adoção da revisão de literatura como uma etapa fundamental da prática acadêmica.

Sobre isso, em um discurso presidencial na 54ª reunião da *British Association for the Advancement of Science* que ocorreu em Montreal, em 1884, o professor de física da Universidade de Cambridge, Lord Rayleigh, declarou que a descoberta de novos fatos e a explicação de fatos antigos deveriam ser trabalhados de forma associada (Rayleigh, 1884). Nas palavras de Rayleigh (1884, p. 20, tradução nossa): “Se, como às vezes se supõe, a ciência não consistisse em nada senão no acúmulo laborioso de fatos, ela logo estacaria, esmagada, por assim dizer, por seu próprio peso. A sugestão de uma nova ideia, ou a detecção de uma lei, substitui muito do que antes era um fardo para a memória [...]”. Percebe-se a marca do pensamento positivista no discurso do físico, em que se entende que o conhecimento científico – sendo verdadeiro – se constrói de forma cumulativa e pela investigação da regularidade (afastando o erro do acerto no que se refere a divergência expressa nos diferentes relatos de experimentos).

Porém, somente no início do século vinte, a revisão de literatura começou a ser conduzida e disseminada como procedimento metodológico, especialmente a partir da introdução da estatística como técnica quantitativa de produção de experimentos. Neste sentido, o estatístico Karl Pearson teve grande contribuição para que isso ocorresse pois, em 1904, publicou um artigo em uma revista médica com o resultado da revisão de evidências sobre efeitos de vacinas para a febre tifoide (Pearson, 1904). Pearson correlacionou resultados de onze estudos sobre imunidade e mortalidade por febre tifoide por meio de técnica estatística. “Ele calculou coeficientes de correlação para cada um dos onze estudos (observando que eram muitas variações e discutindo como poderiam ser explicadas) e, em seguida, sintetizou os coeficientes dentro de dois subgrupos, produzindo correlações médias” (Chalmers, Hedges, & Cooper, 2002, p. 14, tradução nossa).

Joseph Goldberger, médico e epidemiologista, também colaborou para essa concepção quantitativa de procedimento para a revisão de literatura. Ele publicou a análise estatística sobre bacteriúria em febre tifoide, em 1907 (Chalmers, Hedges, & Cooper, 2002; Winkelstein, 1998). Esse pesquisador usou a revisão de literatura para identificar 44 estudos, no período entre 1881 e 1907, nos quais foram utilizados como critério de inclusão e exclusão dos estudos o uso do teste de aglutinação de soro que havia sido recentemente desenvolvido. A partir disso, foram selecionados 26 estudos para análise que ele resumiu, tabulou e depois calculou a taxa média de bacteriúria (Chalmers, Hedges, & Cooper, 2002; Winkelstein, 1998). Este pode ter sido o primeiro uso de procedimento para a revisão de literatura associada à técnica estatística. Na década de 1920, aumentou a preocupação de pesquisadores com o uso da estatística aplicada, em que se destaca a publicação do livro *Statistical Methods for Research Workers*, em 1925, pelo estatístico e geneticista Ronald Fischer (Chalmer, Hedges, & Cooper, 2002; Purssell & McCrae, 2020). Posteriormente, o mesmo estatístico lança o texto seminal *The Design of Experiments*, estabelecendo o cânone da bioestatística ou da estatística associada ao desenvolvimento do conhecimento médico.

Bibliometria: A expansão da análise estatística em práticas de levantamento e análise bibliográfica nas Ciências da Informação e do Conhecimento

Outro importante ímpeto dado a análise quantitativa de literatura acadêmica se deu no campo de estudo e investigação sobre a organização do conhecimento, em que se encontram, entre outras especialidades, a Biblioteconomia e a Arquivologia, especialidades que compõem a ciência de informação e do conhecimento. Neste sentido, em 1923, a técnica estatística associada à análise de literatura foi cunhada pelo bibliotecário Edward Wyndham Hulme, filho de um cirurgião de Londres e teórico da organização do conhecimento, como “bibliografia estatística”.

Em seus estudos sobre a relação entre o conhecimento e seu impacto na sociedade, Hulme estava particularmente interessado na relação entre atividade econômica e o crescimento da civilização moderna. A sua proposta de ‘bibliografia estatística’ se desenvolveu a partir da elaboração de leis empíricas³ sobre a atuação da literatura, entre elas, a medição da produtividade dos cientistas, como a Lei de Lotka (1926), e técnicas de contagem de referências, que apareceram pela primeira vez em Gross e Gross (1927). Em 1934, surge a ‘Lei de Bradford’(1985), uma espécie de medição da dispersão do conhecimento científico. Foi neste contexto que o termo “bibliometria” foi criado pelo advogado e ativista belga Paul Otlet (2018), considerado o “pai da Ciência da Informação”, em seu livro *Traité de Documentation*, publicado originalmente em 1934. No livro, Paul Otlet cita

3 ‘Lei empírica’ é um termo muito utilizado na estatística para indicar uma fórmula ou expressão matemática que teve por base a observação de casos empíricos, sem que se tenha uma explicação lógica ou teórica para as relações por ela expressa. Neste caso, a premissa científica deriva da filosofia empirista e de sua defesa da força da evidência de casos sistematicamente observados (Hessen, 2000).

a bibliometria enquanto medida de livros, servindo para medir a frequência de leitura de um autor, de um livro ou a ação do livro sobre a sociedade, por exemplo.

A partir da década de 1940 e com o início da Guerra Fria, o investimento no conhecimento científico cresceu proporcionalmente ao interesse das grandes potências econômicas e nucleares em vencer a disputa ideológica geopolítica (Stokes, 2005). Esse processo impactou diretamente nas atividades de registro bibliográfico do conhecimento científico, dando novo ímpeto ao desenvolvimento da bibliometria. Foi assim que novos princípios e técnicas foram surgindo, criando premissas para as práticas de revisão e análise bibliográfica. Neste sentido, o bibliotecário Gosnell (1944) defendeu, em 1943, uma tese na Universidade de Nova York, em que aponta que para as bibliotecas universitárias manterem eficiência em sua gestão era necessário atenção para a obsolescência de materiais e o planejamento para o descarte desses materiais. Para o autor, é necessário compilar em listas “títulos mais recentes” como medida de prevenção a tal problema. Segundo Gosnell (1944, p. 115) “[...] este é o princípio da obsolescência – que os livros mais antigos em geral têm menos valor para uso na biblioteca da faculdade”. Por meio de técnica estatística, Gosnell (1944) arbitrou que a meia vida de títulos seria de quatorze anos ou mais, sendo a vida média de um livro em uma biblioteca universitária seria de vinte anos. Provavelmente, essa preocupação instrumental com a obsolescência de livros físicos pelos profissionais de biblioteconomia possa ter dado início a valorização da literatura mais recente, inclusive, na avaliação de referências em artigos por pares do campo acadêmico-científico.

Em 1949, surge uma terceira lei empírica que foi logo incorporada na bibliometria, a Lei de Zipf, que se refere a medição de distribuição e frequência de palavras. A rápida difusão desta e de outras técnicas estatísticas, tais como métricas para cálculo da produção e disseminação do conhecimento científico, foram fundamentais para o crescimento das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo sido tais procedimentos popularizados em vários outros campos científicos, tais como em Química, Física, Biologia, Astronomia, Matemática, Geologia, Engenharia Elétrica, Endocrinologia e Medicina (Alvarado, 2002). Foi a partir desse movimento que, em 1955, o químico e linguista americano Eugene Garfield mencionou pela primeira vez a ideia de indexar periódicos científicos e calcular o fator de impacto (Garfield, 1955; 1998; 2006). Esse foi o início de uma importante prática da análise e avaliação da produção científica e, por isso mesmo, Garfield é considerado um dos fundadores da Bibliometria e da Cientometria.

A partir da ideia de auxiliar bibliotecários na compra de literatura, Garfield (1955) estabeleceu o *Institute for Scientific Information* (ISI) no ano de 1960, criando o seu relatório anual, o *Journal Impact Reports* (JCR), em 1963, e o *Scientific Citation Index* (SCI), em 1964, e, assim, a análise de citações passou a evoluir. Apesar do método de análise bibliométrica já ter se desenvolvido anteriormente, a nomenclatura “bibliometria” somente se popularizou a partir de 1969 com a publicação do artigo ‘*Statistical Bibliography or Bibliometrics?*’ de Pritchard (1969). Esse viés estatístico comum a prática da análise de literatura, aliada ao desenvolvimento de

indexadores de Garfield, fez com que se desenvolvesse um paradigma quantitativo na análise de citação, desconsiderando a heterogeneidade semântica que existe no texto. Outra importante contribuição foi a do cientista Derek de Solla Price, que formulou a 'Lei do Elitismo', baseada na premissa da alta taxa de concentração da produção científica em uma espécie de 'elite' de autores. Em estudos realizados no período de 1965 a 1971, Solla Price concluiu que “[...] 1/3 da literatura é produzida por menos de 1/10 dos autores mais produtivos, levando a uma média de 3,5 documentos por autor e 60% dos autores produzindo um único documento [...]” (Araújo, 2006, p. 14). Esse novo princípio também é fruto de diversas críticas à Lei de Lotka, dado as inconsistências apresentadas nos seus resultados (Alvarado, 2002; Araújo, 2006).

Foi a partir do desenvolvimento desses princípios e da subsequente expansão das práticas de bibliometria e cientometria que se estabeleceram muitas das práticas de medição de produtividade científica por meio de índices de citação que atualmente conhecemos. Tais índices são utilizados, principalmente, em universidades norte-americanas, para direcionamento de financiamento, ingresso na carreira docente e crescimento dos pesquisadores em suas carreiras, propiciando a competição entre os pares e o produtivismo acadêmico (Stokes, 2005; Walters, 2004). Essa relação entre a bibliometria e a necessidade instrumental por estabelecer mecanismos objetivos de acompanhamento e controle da atividade de pesquisa não é menor em nossa análise das ferramentas quantitativas de levantamento bibliográfico, exatamente, pelos princípios quantitativistas serem o elemento central em tais esforços. Conforme assinala Araújo (2006, p. 19): “A bibliometria, ao longo de sua evolução, contudo, acabou se apropriando do conceito para a análise de autores, correlacionando índices absolutos de citação à quantidade de trabalhos citados”. Importante notar que o quantitativismo na bibliometria não somente caracterizou a prática da análise de literatura e citação – objeto desse campo de conhecimento – mas também, o próprio sistema de avaliação da produtividade da comunidade acadêmica. De fato, a racionalização das métricas torna-se eficiente para a tomada de decisão na política pública de investimento em ciência e tecnologia no período de grandes investimentos governamentais (Stokes, 2005), mas cria uma dificuldade que iremos retornar mais adiante, que é a descaracterização da literatura acadêmica como um produto da atividade sociolinguística.

A partir da expansão do processo de industrialização da pesquisa científica surge a cientometria ou cienciometria, como subcampo da bibliometria, que se popularizou por meio da revista ‘*Scientometrics*’, fundada em 1977 por Braun (Araújo, 2006; Solla Price, 1978). Solla Price (1978) é um dos autores deste campo que defende que algumas decisões em relação à gestão da ciência devem ser quantitativas e objetivas, e não subjetivas. Ele afirma que a ênfase deve estar em trabalhar “[...] todos os aspectos do funcionamento da ciência passível de avaliação quantitativa, nomeadamente a quantidade de resultados científicos, número de cientistas, número e estrutura de instituições científicas, apoio financeiro, intensidade e direção das relações científicas, eficiência da pesquisa, etc.” (Solla Price, 1978, p. 4, tradução nossa). Tais aspectos permitiriam julgar a política científica em vigor, segundo o autor.

Em 1978, Garfield já havia lançado o índice das Ciências Sociais, o 'Social Science Citation Index' (SSCI), e o índice das disciplinas vinculadas às áreas de Artes e Humanidades, o 'Art & Humanities Citation Index' (AHCI). No entanto, apesar de todo o desenvolvimento relativo às revisões e técnicas estatísticas, na década de 1980, a bibliometria não interessou muitos pesquisadores, o que fez com que seu desenvolvimento se estagnasse (Araújo, 2006). Um dos motivos da redução do interesse pelos indexadores como ferramentas de avaliação da literatura foi justamente a percepção das contradições presentes no viés quantitativista, bem como a manipulação dos indexadores pelo interesse de editores de *journals* e mesmo dos pesquisadores (Torres, 2020). Sobre esse ponto, Garfield (1979) comentou algumas críticas que haviam sido realizadas quanto ao uso de análise de citações para avaliar o desempenho científico. As críticas se referiam a citações negativas, isto é, de que era possível ser citado sem ser uma referência real de construção do quadro teórico, assim como o problema de um número elevado de citações em artigos metodológicos. Outro problema apontado por Garfield refere-se a autocitações como instrumento de manipulação do fator de impacto. No entanto, citando o exemplo de artigo publicado em 1951 sobre a medição de 24 proteínas, o autor explica que este artigo de autoria de Lowry possui maior número de citações do que o artigo de Einstein sobre sua teoria do campo unificado, o que nos permite compreender que a análise de citações não revela a importância de um trabalho sobre os demais. Muitas das análises bibliométricas realizadas em artigos científicos atualmente tendem a contabilizar os autores mais citados, de certa forma, distorcendo a ideia original de Garfield. Para o autor, a análise de citações pode revelar trabalhos que possuem maior interesse do campo acadêmico-científico, mas não revelam o desempenho científico do pesquisador (Garfield, 1979).

A consolidação procedimental da Revisão de Literatura: RSL, RIL e Meta-Análise

O crescimento das práticas clássicas de Revisão de Literatura (revisão narrativa) na comunidade científica das áreas de saúde e sua popularização em outras áreas intensificou o debate sobre os procedimentos. Esse debate estimulou o surgimento de novas técnicas e princípios a partir da década de 1970, permitindo que se estabelecesse a concorrência de diferentes metodologias pela disputa do *status* de 'melhores práticas' de revisão. É assim que se desenvolveram as abordagens de Revisão Sistemática de Literatura (RSL), Revisão Integrativa de Literatura (RIL) e a Meta-Análise, procederes apresentados a seguir.

Com a expansão das práticas de revisão narrativa de literatura na comunidade médica, surge a preocupação de diversos pesquisadores com a dificuldade de se encontrar evidências resultantes de testes controlados para a tomada de decisão em relação a tratamentos. Assim, o médico Archibald Cochrane sugere que sejam realizados resumos de todos os experimentos controlados. Tais resumos seriam atualizados periodicamente para somar estudos mais recentes e, assim, construir evidências mais fidedignas para orientação da prática médica. Cochrane alertava que era comum a utilização

de tratamentos que apresentavam evidências comprovadamente ineficazes, isso porque seus resultados não eram de imediato acessados (Chalmers, 1993, Purssel & McCrae, 2020). De acordo com Chalmers (1993), o impacto das observações de Cochrane levou os profissionais da saúde a revisar diversos tratamentos, durante a década de 1980, dando maior impulso ao desenvolvimento de estudos experimentais.

Foi a partir deste impulso que o médico e pesquisador Iain Chalmers fundou a *Cochrane Colaboration*, uma organização responsável por conduzir e divulgar as revisões sistemáticas de intervenções médicas, produzindo, com isso, manuais com critérios definidos para a realização do proceder e que são atualizados regularmente (Chalmers, 1993, Purssel & McCrae, 2020). A partir deste instituto que o termo “Revisão Sistemática de Literatura” se promove, apesar deste ter sido introduzido por Mandel em 1936, em período anterior a Segunda Guerra Mundial (Chalmers, Hedges & Cooper, 2002). No entanto, é incerto se Mandel se referia ao procedimento estruturado como se entendia a RSL no Instituto fundado por Chalmers.

A partir da iniciativa de Chalmers, a RSL se torna uma metodologia com um protocolo robusto, passando a influenciar outras áreas, além da pesquisa em saúde. Foi assim que, inspirado pela *Cochrane Colaboration*, o professor da área de educação da Universidade da Pensilvânia na Filadélfia, Robert Boruch, fundou, em 1999, a *Campbell Colaboration* (<https://www.campbellcollaboration.org/>), em homenagem ao sociólogo americano Donald Thomas Campbell que imaginou a “sociedade experimental”, isto é, a ideia de que as políticas públicas ideais e efetivas poderiam surgir da experimentação e de sua análise sistemática (Daves & Boruch, 2001; Littell & White, 2017). Dessa forma, a *Campbell Colaboration* foi criada com o objetivo de desenvolver meios de atuar na elaboração de políticas públicas por meio do sistema de tomada de decisão baseada em evidências. No cerne de suas operações, se encontram os grupos de métodos que visam o aumento da qualidade na pesquisa, que são: os métodos experimentais, os quasi-experimentais e os processos qualitativos. De modo geral, a *Campbell Colaboration* visa apurar evidências pelo manejo da RSL e, com isso, apontar políticas públicas cuja efetividade seja atestada por um método cientificamente legitimado (Daves & Boruch, 2001; Littell & White, 2017; Purssel & McCrae, 2020).

Basicamente, a RSL consistia na síntese de estudos primários, que seriam apresentados por meio de relatórios que contêm as seguintes seções: Introdução, Materiais e Métodos, Apresentação dos resultados e Discussão dos Resultados, segundo explica Chalmers (1993). Essa estrutura ainda é válida e é exigida em revisões realizadas atualmente. Foi por meio da atuação da *Cochrane Colaboration* e da *Campbell Colaboration* na condução da RSL que, na década de 1990, foi popularizado o termo e o procedimento foi adotado por outros campos científicos, tais como no campo da Gestão (Tranfield, Denyer, & Smart, 2003) e no campo de pesquisa da Inovação (Denyer & Neely, 2004).

Na área de Psicologia e Sociologia, foram adotadas premissas distintas que permitiram o surgimento de um novo método, a Revisão Integrativa de Literatura (RIL). Desde as décadas de 1970 e 1980, a formulação dos procedimentos que se tornaram a base da RIL já vinha sendo discutidos. Isso

porque se achava que também era importante ter maior rigor metodológico para controlar os vieses na determinação de literatura para revisão, já que, com o uso da revisão de literatura tradicional, os pesquisadores tinham maior propensão em relatar apenas estudos que produziram resultados estatisticamente positivos (Chalmers, Hedges & Cooper, 2002; Cooper, 1982; Feldman, 1971; Jackson, 1980). Outro ponto importante para a emergência da RIL foi a constatação, por parte dos pesquisadores, de que os resultados inconsistentes em revisões de literatura poderiam ter como explicação a tentativa de integrar pesquisas sem o uso de procedimentos explícitos, não considerando os diferentes assuntos, tratamentos, contextos e métodos de pesquisas utilizados (Feldman, 1971; Jackson, 1980).

A contribuição do sociólogo Kenneth A. Feldman (1971) foi decisiva para a emergência da RIL. Este autor explica que seria importante a formulação de procedimento para compilar as informações dispersas, para a exclusão de pesquisas já existentes (e que, por isso, não seriam mais urgentes), e para a elaboração de listas de referências bibliográficas sobre determinado tema. No entanto, Feldman (1971) percebeu que a maior importância da sua proposta estaria na possibilidade de replicação e na comparação de estudos que apresentassem resultados convergentes. Isso geraria, na concepção de Feldman (1971), asserção lógica sobre o estudo pela possibilidade de análise estatística e redução de conflitos entre determinados paradigmas. Esse *insight* fez com que se percebesse a necessidade por um procedimento específico para esse fim, capaz de julgar a qualidade das pesquisas e treinar pós-graduandos para a sua realização, contribuindo, assim, para o acúmulo do conhecimento da área (Jackson, 1980).

Considerando de forma mais precisa, a RIL se desenvolveu e disseminou no campo da Psicologia quando, na década de 1980, as ciências comportamentais experimentavam uma expansão significativa em termos de mão de obra. Isso teve, por consequência, o significativo aumento de relatórios científicos publicados, o que dificultou o acesso às pesquisas primárias em bases de dados e a uma definição mais precisa do estado do conhecimento nesta área (Cooper, 1982). Foi assim que o psicólogo Jackson (1980) referiu-se ao termo 'Revisão Integrativa de Literatura', pela primeira vez, ao examinar métodos de revisão que tinham por objetivo inferir generalizações entre pesquisas que abordavam o mesmo tema e que produziam resultados semelhantes, no entanto, eram divergentes em termos de contexto, método, paradigma, entre outros aspectos. São, então, apresentadas algumas etapas para a realização da RIL: i) Seleção das perguntas de pesquisas ou das hipóteses; ii) Coleta dos dados; iii) Avaliação dos dados; iv) Análise e interpretação dos dados e; v) Apresentação dos resultados.

Cooper (1986), psicólogo social, no livro *The Integrative Research Review*, publicado em 1984, enfatiza a importância dos métodos quantitativos para a etapa de interpretação dos dados e, dentre tais métodos, o autor destaca a Meta-Análise. Assim como as outras técnicas de revisão e análise de literatura, esta também teve seus princípios desenvolvidos na década anterior. Um aspecto importante na Meta-Análise se refere a adoção de procedimentos estatísticos diferenciados para a solução da heterogeneidade na literatura. Sobre esse aspecto, Light e Smith discutiram em 1971 a falta de procedimento estatístico adequado para combinar informações de estudos

diferentes. Estes estatísticos apresentaram pontos negativos com relação aos procedimentos existentes e propuseram um novo procedimento para análise de vários estudos, que consistiria na utilização da técnica de *clusters* para considerar as diferentes características dos sujeitos, dos tratamentos, dos contextos, entre outras variáveis que distinguiam os estudos objeto das revisões. Todavia, de acordo com Chalmers, Hedges e Cooper (2002), Light e Smith falharam em apontar o procedimento como útil para a integração de pesquisas com resultados diferentes.

É neste momento que vemos a incorporação de técnicas estatísticas mais elaboradas no desenvolvimento de novos procedimentos de revisão de literatura. A técnica estatística de correlação passa a ser utilizada para sintetizar, de forma quantitativa, estudos na psicologia⁴, em uma tentativa de melhorar a integração de pesquisas neste campo (Jackson, 1980) e no momento em que cientistas sociais tiveram que realizar pesquisas com grande número de estudos (Chalmers, Hedges, & Cooper, 2002). Foi assim que, em 1976, o psicólogo Glass propôs a integração de estudos ou síntese de pesquisa por meio de técnica estatística intitulada de 'Meta-Análise'. Para Glass (1976, p. 3), Meta-Análise significa "a análise das análises". Ele criou o termo ao combinar resultados de múltiplos estudos na pesquisa educacional. Também são considerados como os idealizadores da Meta-Análise o psicólogo americano Rosenthal e o estatístico Rubin, quando, em 1978, eles utilizaram a técnica ao resumir o resultado de 345 estudos sobre os efeitos das expectativas interpessoais. Estes estudos foram divididos em oito categorias, foram realizados testes para determinar a probabilidade de ocorrência dos efeitos e para, estimar a sua importância substantiva e metodológica, ambos testes foram realizados comportando toda amostra e as áreas específicas de estudo (Rosenthal & Rubin, 1978). Este estudo foi fundamental, pois demonstrou a efetividade da técnica como procedimento para sintetizar quantitativamente grande *corpus* de pesquisa.

Ainda que o foco deste ensaio recaia sobre procedimentos de revisão sistemática de base quantitativa, importa destacar que a concorrência com (e entre) procedimentos de revisão qualitativa também ocorrem. Em 1988, os sociólogos Noblit e Hare (1999) apresentaram a abordagem intitulada meta-etnografia, que vai de encontro com o paradigma interpretativista, e que, posteriormente, foi intitulada como meta-síntese, em oposição a meta-análise (Jensen & Allen, 1996; Hon, 2013). A utilização da meta-síntese na Medicina também é defendida a partir do argumento de que o método clínico deveria considerar as diferenças entre as vivências e experiências dos sujeitos. Além disso, pela consolidação da revisão sistemática se expandiram procedimentos para a prática de revisão de literatura qualitativa, como meta-narrativa (Greenhalgh et al., 2005), revisão descritiva, revisão por escopo, revisão guarda-chuva, revisão teórica, revisão realista, revisão crítica, entre outros (Paré, Trudel, Jaana & Kitsiou, 2015).

Na década de 1990, começou um interessante debate sobre a distinção entre a RSL, a RIL e a Meta-Análise. O principal ponto dessa discussão era o

4 Apesar desta técnica já ser utilizada na revisão de literatura da saúde desde o texto seminal de Pearson (1904), foi somente a partir da década de 1970 que ela passou a ser adotada na psicologia com a finalidade de promover a integração de pesquisas difusas (Glass, 1976).

entendimento de que a redução dos vieses de uma revisão ia muito além do uso da técnica estatística (Chalmers, Hedges & Cooper, 2002; Mulrow, 1987; O'Rourke, 2006; Oxman & Guyatt, 1988). Assim, com a confusão em torno do termo 'Meta-Análise', pesquisadores adeptos da RSL e RIL sugeriram que ele se reservasse ao processo de síntese estatística de pesquisas que apresentam resultados comparáveis (Chalmers, Hedges & Cooper, 2002, O'Rourke, 2006). Essa polêmica em torno dos termos e das diferenças entre as técnicas nos dá ensejo a explorar um ponto interessante sobre suas limitações, que é objeto central na proposta deste ensaio. Seguimos com a seção onde apresentamos este ponto.

Discussão: limitações das práticas revisionistas de base quantitativa para área de Administração

Tendo como base a apreciação sobre a emergência e o desenvolvimento dos procedimentos de revisão de literatura, podemos perceber que aquilo que há de comum nestas diferentes práticas é justamente o que nos dá ensejo a uma crítica sobre seu uso irreflexivo no campo da pesquisa em Administração e Organizações. Isto porque o desenvolvimento de tais técnicas sempre se deu pela incorporação dos cânones quantitativos de análise de dados, em que se estabelece a presunção de que a adoção de técnicas matemáticas irá garantir objetividade e precisão. Essa expectativa se explica pela modelo positivista de ciência social, que pretendia reproduzir no âmbito da realidade social os mesmos resultados de preditividade e controle obtidos pelo avanço das ciências da natureza (Habermas, 1982; Santos, 1988). De certo modo, o surgimento das práticas quantitativas de revisão de literatura nas ciências da saúde preconiza tal expectativa, mas deve ser questionado justamente a partir das dificuldades em se obter tal objetividade no campo das ciências sociais, identificadas pela extensa crítica ao Positivismo neste campo (Burrell & Morgan, 1979). De certo modo, essa dificuldade em relação aos procedimentos de revisão de literatura herdados da área de saúde já foi apontada por Tranfield, Denyer & Smart (2003), quando esses autores comentam as diferenças entre a pesquisa médica e a pesquisa em Administração a partir da heterogeneidade paradigmática desta última frente à coesão canônica presente na primeira. Na verdade, tal diferença se deve antes a crise do modelo positivista nas ciências sociais, o que acabou por expandir as abordagens e orientações epistemológicas neste campo. É assim que localizamos o problema do uso indiscriminado de metodologias quantitativas de revisão de literatura como sendo uma questão de inconsistência epistemológica, tendo em conta o fato do campo de estudos de gestão e organizações se caracterizar pelo debate entre pesquisas constituídas a partir de diferentes paradigmas (Vieira & Boeira, 2006; Silva & Roman Neto, 2006; Tranfield, Denyer & Smart, 2003; Burrell & Morgan, 1979).

O problema das metodologias positivistas de revisão de literatura não é a sistematização criteriosa de procedimentos para a obtenção de sínteses, mas a ilusão de que tais procedimentos garantem cobertura e precisão na descrição de determinado conjunto bibliográfico. Essa expectativa se manifesta em diferentes justificativas de estudos revisionistas que se valem

destas técnicas, que empreendem tais procedimentos para identificar lacunas e justificar a originalidade de estudos endereçados a tais tópicos não explorados (por exemplo, Martins, 2021). A ingenuidade de tal pretensão se deve a desconsideração dos aspectos sociolinguísticos e de dimensões políticas que determinam interesses (ou desinteresse) da comunidade acadêmica por determinados assuntos e/ou abordagens. Pelo olhar da hermenêutica filosófica, essa ingenuidade está relacionada à crença na verdade pelo método, traço presente na tradição científica de nosso tempo histórico (Gadamer, 1999). Aqui, observamos o problema pelas dificuldades de apreensão das condições de produção, repercussão e transformação do conhecimento acadêmico formalmente escrito sem se valer de aspectos subjetivos que perpassam a dimensão sociolinguística deste contexto social. Didaticamente, essa dificuldade pode ser observada a partir das diferenças entre o paradigma quantitativo e o paradigma qualitativo das ciências sociais.

O debate que discute as diferenças entre métodos qualitativos e quantitativos em ciências sociais não é novidade. Geralmente, envolve diferentes aspectos, quase sempre relacionados aos critérios de cientificidade da pesquisa científica. Neste sentido, durante certo tempo, entendeu-se que os métodos qualitativos deveriam assumir os mesmos critérios de rigor e objetividade que os métodos quantitativos (Becker, 1993). Contudo, percebeu-se que as diferenças entre estas duas categorias envolviam premissas profundas sobre a natureza do objeto empírico em observação e análise. Tais premissas correspondiam a concepção do conhecimento e da possibilidade de se chegar a ele pelo método científico, o que, em uma visão fenomenológica, nada mais é do que a própria concepção da epistemologia (Hessen, 2000). Por isso, o debate entre procedimentos quantitativos e qualitativos na prática de pesquisa científica é, em última instância, um debate epistemológico.

Assim, é importante situar as diferenças entre as pesquisas qualitativa e quantitativa a partir da própria concepção de ciência que subjaz o pesquisador e seu quadro teórico e conceitual de referência. Dito de outra forma, o debate entre procedimentos qualitativos e quantitativos não se resume a critérios de cientificidade, mas, sim, a própria concepção positivista de ciência social e as posturas antagônicas a esta visão. De certo modo, tal concepção torna a pesquisa qualitativa o oposto da pesquisa quantitativa, refletindo atualmente, a controvérsia entre positivistas – quantitativos – e não positivistas - qualitativos (Denzin, 2014).

A postura positivista se fundamenta na objetividade do fenômeno social apreendido pela técnica e precisamente mensurado pela matemática, refletindo a expectativa em reproduzir nas ciências sociais e humanas a mesma precisão e controle do modelo de ciência natural (Santos, 1988; Habermas, 1982). Ou seja, a concepção de ciência defendida pelo Positivismo é aquela dada nas ciências naturais e que se justifica pela tecnologia como forma objetiva de verificação empírica da verdade, também reforçada em nossa sociedade pelos efeitos percebidos do utilitarismo científico. É por isso que a configuração da ciência positivista é pragmática e sistematicamente voltada para a utilidade metodológica, condição esta que sugere que a precisão matemática garantiria a objetividade da investigação; contudo,

este mito já foi refutado pelo intenso debate que se estabeleceu a partir da crise nas ciências sociais em meados do século vinte (Santos, 1988). O cerne desta crise é justamente a não garantia de resultados, a dúvida em relação a verdade do método de pesquisa validado (Gadamer, 1999), seria suficiente para designar um saber de modo preciso. Dito de outra forma, a crise do positivismo se estabelece na dúvida sobre a suposição desta epistemologia de que os resultados provenientes de uma apreciação empírica matematicamente robusta são suficientes para se chegar à verdade absoluta do fenômeno social.

Os não-positivistas, por sua vez, assumem uma postura que leva em consideração a historicidade e a subjetividade do fenômeno social, bem como a dificuldade pelo distanciamento do pesquisador na análise do fenômeno no qual ele faz parte e é sujeitado (Bauer & Gaskell, 2002; Denzin & Lincoln, 2000; Burrell & Morgan, 1979). Em uma visão hermenêutica da realidade social, podemos dizer que a grande dificuldade do fenômeno observado pelas ciências sociais é o fato de que as formas simbólicas – produtos humanos social e culturalmente condicionados, tais como a linguagem/texto, as obras de arte e todos os outros artefatos humanos passíveis de sentido – são objeto já pré-interpretados e que, para que sua essência seja objetivamente analisada, é preciso considerar as condições sócio-históricas originais de produção destes fenômenos (Thompson, 2011; Stefani & Vizeu, 2014). Ou seja, a pesquisa qualitativa vê que, nos espaços de interação delineados por regras que orientam a produção de sentidos e significados, esse jogo que dá forma às instituições, convenções e restringe o comportamento é de ordem da compreensão e interpretação (Thompson, 2011). Por essa linha de raciocínio, entende-se que a matéria-prima do conhecimento é de natureza subjetiva, processada por intermédio da linguagem e manifesta como forma simbólica; a pesquisa qualitativa corresponde, assim, a um esforço para a decodificação e interpretação de ações, falas, imagens e textos, produzindo uma explicação inteligível sobre relações intersubjetivas que configuram a realidade social (Bauer & Gaskell, 2002).

Diferentemente das ciências naturais onde os cânones do positivismo não apenas encontram-se estabelecidos há muitas décadas e que, por isso mesmo, são aceitos quase que unanimemente pelos pesquisadores, a pesquisa social apresenta um cenário mais nebuloso e diverso. Ou seja, a ciência social só pode compreender de fato as relações sociais se considerar o contexto, a intenção e os jogos argumentativos estabelecidos entre os sujeitos envolvidos no fenômeno em análise (Araújo, 2013; Vieira & Boeira, 2006). Pesquisadores que defendem a abordagem qualitativa da pesquisa social em uma visão antipositivista geralmente denunciam a incapacidade dos procederes quantitativistas em apreender essa dimensão sócio-histórica (Becker, 1993; Denzin & Lincoln, 2000; Bauer & Gaskell, 2002). O ponto forte deste argumento para sustentar este ensaio é perceber que a produção da literatura acadêmica também é um fenômeno que envolve as mesmas condições sócio-históricas mencionadas pelos defensores da pesquisa qualitativa em ciências sociais. Por que, então, não pensar em procederes qualitativos para a realização de revisões de literatura?

A produção do conhecimento dentro do campo acadêmico-científico aparece invariavelmente como uma prática social interessada, vinculada

ao tipo de abordagem escolhida para embasar a visão do autor sobre um determinado tema. Considerando que o campo das ciências sociais contempla perspectiva paradigmaticamente plural, ou seja, a coexistência de várias formas de se interpretar as realidades sociais (Silva & Roman Neto, 2006), a análise dos textos acadêmicos deve considerar tal caráter heterogêneo. Ainda, considerando que a postura adotada pelo pesquisador em relação a suas apropriações epistêmicas, teóricas, metodológicas e, em relação ao campo, impactam de modo expressivo nas apreciações resultantes de um trabalho acadêmico (Lara & Vizeu, 2020), assumimos que, em ciência social, as condições de verdade que delimitam o texto estão, de alguma forma, manifestas nestas escolhas do autor, ainda que estas escolhas possam ser tomadas de modo involuntário.

Neste ponto, chegamos ao nosso principal argumento para a crítica aos procedimentos quantitativistas de revisão de literatura. Para apreender a essência de um conjunto de textos que terminologicamente se supõe referir-se a um mesmo tema/assunto, é preciso entender qualitativamente as referências epistemológicas e sociais, se ter certeza de que há, de fato, convergência. Dito de outro modo, não basta agrupar diferentes textos acadêmicos em um mesmo *cluster* apenas considerando termos e palavras-chave (ou, de forma contrária, distinguir textos por usos de termos diferentes); é preciso verificar tais proximidades e distanciamentos a partir de uma criteriosa análise qualitativa do quadro teórico/conceitual utilizado, das referências paradigmáticas explicitadas ou mesmo implícitas. Isto porque a convergência baseada em termos pode exprimir uma ampla gama de diferentes formas acadêmicas de tratar o assunto em questão, e é essa heterogeneidade que precisa ser analisada para se empreender uma análise de literatura efetiva.

Aqui, entendemos que diferentes textos podem utilizar o mesmo termo para tratar um objeto de estudo, mas nem sempre suas premissas ontológicas convergem, seus conceitos-chave conversam, seus critérios metodológicos se alinham, ou ainda assumem os mesmos interesses de pesquisa. Sem essa apreciação sobre as premissas epistemológicas e paradigmáticas, podemos agrupar em um mesmo *cluster* pesquisas significativamente diferentes (ver Vlačić, Corbo, Silva & Dabić, 2021). Um bom exemplo de como esse problema se revela é apontado por Jacques (2006) ao comentar sobre as pesquisas de comportamento organizacional. O autor comenta que pesquisadores deste tema costumam tratar a vasta literatura deste campo sem considerar as diferenças entre os estudos realizados em contexto históricos distintos, colocando no mesmo nível estudos que foram desenvolvidos a partir de interesses e influências epistemológicas distintas. Isso também é observado em Calaça e Vizeu (2015) sobre o modelo da liderança transformacional que, de acordo com a análise sócio-histórica empreendida por esses revisores, apresenta distinções significativas entre os principais autores do conceito, que concebem a liderança de forma distinta a partir de seus distintos campos acadêmicos de referência.

Esses exemplos nos revelam que a análise de um determinado texto acadêmico deve ter em conta aspectos subjetivos de significação que condicionam a produção da pesquisa em determinada época e em determinado contexto. Contudo, salientamos a dimensão política do fazer acadêmico, onde as escolhas teóricas, conceituais, metodológicas e temáticas – bem como as

concepções de verdade e de realidade social – são fortemente determinadas pela estrutura política do campo acadêmico (Bourdieu, 2011). Na sociedade, o campo acadêmico se articula como detentor da verdade e cria toda uma estrutura de legitimação do discurso acadêmico como discurso da verdade. Conforme salienta Bourdieu (2011, p. 53):

Se a cientificidade socialmente reconhecida é uma aposta tão importante é porque, embora não haja uma força intrínseca da verdade, há uma força da crença na verdade, na crença que produz aparência da verdade: na luta das representações, a representação reconhecida como científica, isto é, como verdadeira, contém uma força social própria e, quando se trata do mundo social, a ciência dá ao que a detém, ou que aparenta detê-la, o monopólio do ponto de vista legítimo, da previsão autoverificadora.

Esse *status* do discurso acadêmico-científico como sendo o discurso da verdade em nosso tempo histórico (Gadamer, 1999) é o que cria, de acordo com Bourdieu, toda uma estrutura de disputa política onde os instrumentos formais de comunicação científica são peça-chave. O autor também salienta que tal disputa se faz a partir de uma hierarquia de posições de poder, onde se criam artefatos simbólicos para indicar tais posições. Assim sendo, a estrutura de poder que define hierarquicamente as posições dos acadêmicos é fundamental para definir nossas convicções e premissas onto-epistemológicas. Dito de outra forma, nossas convicções acadêmicas são construídas pela nossa própria trajetória no campo acadêmico, determinada pelas oportunidades de ascensão e de relacionamentos com determinados professores, escolas, recursos financeiros e canais de comunicação científica.

Para bem ilustrar esse jogo de poder no processo de construção do pensamento acadêmico (e, conseqüentemente, expresso nas publicações científicas), podemos citar a relação assimétrica de poder entre pesquisadores. Conforme sugeriram Vizeu, Graeml e Macadar (2016), essa assimetria de poder se manifesta no campo acadêmico-científico particularmente entre professores e alunos, orientadores e orientandos, e acaba por ter efeitos diretos na comunicação científica, coibindo a autonomia intelectual e o livre pensar a partir de relações de poder e influência. Complementarmente a essa perspectiva, a teoria do campo social de Bourdieu (2011) acrescenta que o poder simbólico atua de modo coercitivo, determinando práticas que correspondem aos interesses em jogo, algo identificado por esse sociólogo como uma força presente na academia.

Uma boa análise sobre esse jogo político no mundo editorial da área de pesquisa acadêmica em Administração foi empreendida por Torres (2020). A partir dos constructos teóricos de Bourdieu, a autora identifica distintos mecanismos da disputa por legitimação entre as revistas científicas da área no Brasil, baseada mais em uma competição por recursos institucionais e, até mesmo, por ganhos individuais dos editores. Esse cenário condiciona as disputas epistemológicas, intensificando a competição por distintas narrativas acadêmicas sobre um mesmo objeto de análise. Ou seja, para ser aceito em determinado *journal* é mais importante esse alinhamento paradigmático do que o objeto de estudo em si. Por exemplo, podemos ter textos sobre liderança que assumem perspectivas, conceitos, metodologias e hipóteses significativamente diferentes, onde tais diferenças foram

tomadas para atender a distintas demandas de editores em periódicos com orientações antagônicas.

Esse jogo de poder na relação entre editores e a comunidade acadêmica apontada por Torres (2020) também apresenta uma crise de legitimidade interna. Conforme aponta Walters (2004), há uma crise no campo de humanidades associada a forma como os agentes do setor editorial das publicações acadêmicas se organizam. De acordo com esse autor, a subserviência dos autores à indústria editorial acadêmica faz com que se crie um sistema de recompensa e competitividade que cria mecanismos de diferenciação desconectados com a sociedade e com o próprio sentido social da pesquisa científica. Nosso argumento se concentra em uma prática específica neste processo, entendida aqui como sendo condicionada por esse interesse dos autores em assumir modelos da moda visando exclusivamente potencializar a publicação de seus textos. Ou seja, a adoção dos métodos de revisão de literatura da moda não se dá pela aceitação dos argumentos de seus defensores, mas sim, pelo fato da sua adoção potencializar as chances de publicação. Assim sendo, realizar a crítica quanto ao uso das práticas de revisão de literatura quantitativistas importadas da saúde no campo da pesquisa em Administração pode ajudar ao pesquisador desta área a se libertar de um uso acrítico de seus procedimentos de pesquisa e escrita. Intentamos isso refletindo sobre como contraditório é um uso de metodologias fundadas em concepções positivistas já superadas no campo das ciências sociais e humanidades.

Finalmente, gostaríamos de, mais uma vez, colocar a perspectiva hermenêutica no centro de nossa crítica. A convergência pretendida pelos métodos quantitativos de revisão e análise de literatura procurou falsamente atender a intenção de anular a subjetividade das análises, tendo como base a suposta objetividade do método científico. Ora, se vemos que não há criticismo na adoção de tais procedimentos e sim, adoção por modismo e imposição da tradição no campo, essa universalidade de interpretação é artificial. O que intentamos foi apontar para pontos frágeis dos métodos de revisão e análise de literatura, não para negar sua funcionalidade, mas sim para provocar a reflexão e o debate. Defendemos que um levantamento de literatura mais qualitativo – que considera a dimensão sociopolítica e a diversidade epistemológica do campo – pode ajudar a enxergar vieses e a elevar a visibilidade de pontos obscuros em determinado conjunto da literatura acadêmica, pontos estes que podem vir a ser boas apostas. Ademais, fazer um levantamento tendo em vista lançar luz sobre referências obscuras – mas com potencial – pode fazer com que o campo avance e/ou intensifique o debate sobre determinado assunto.

Sem querer encerrar a disputa entre essa possibilidade e os métodos quantitativistas já largamente utilizados, o que desejamos é iniciar um debate. Que os adeptos dos métodos aqui postos a crítica saiam em sua defesa, mas dentro de um debate argumentativo legítimo, que visa emancipar aqueles que constroem o conhecimento acadêmico em nosso campo. Conforme apontam Lara e Vizeu (2020), o método científico pretende universalizar a interpretação, mas essa não é a única condição de fazer pesquisa.

Considerações finais: afinal, para que servem procedimentos de levantamento bibliográfico?

A apreciação histórica das práticas de revisão bibliográfica nos revelou que os textos seguem o modismo no uso das metodologias quantitativas de revisão de literatura mais no sentido de legitimar sua publicação do que com o objetivo de realmente agregar ao campo de conhecimento. Por esse motivo é que defendemos que a revisão de literatura é uma importante atividade na medida em que permite não somente o entendimento sobre como o campo acadêmico-científico trata determinado tema, mas, principalmente, permite que o autor se posicione em relação a produção do campo sobre seu tema de interesse. Isso porque a premissa fundamental de áreas paradigmaticamente plurais – como é o caso da área de pesquisa em Administração – é a heterogeneidade semântica, fazendo com que seja mais importante o reconhecimento destas singularidades do que das regularidades. Esse é o principal argumento em favor de nossa tese que questiona o uso indiscriminado de métodos quantitativos de revisão de literatura.

O objetivo do levantamento bibliográfico para um trabalho acadêmico deveria ser o de conectar o autor com o que existe no campo. Para isso, é necessário que o autor use o levantamento para assumir um posicionamento diante do que existe no campo. No caso de estudos diletantes – pesquisadores iniciantes que ainda não conhecem a produção sobre um tema novo de interesse – faz-se necessário uma tarefa preliminar, que seja, a de conhecer em linhas gerais a produção científica do tema, para somente a partir dessa apreciação, posicionar-se em determinada linha. Importante notar que defendemos a ideia de que o conhecimento divergente se estabelece de forma democrática, de que é possível a convivência entre posições contrárias. Essa premissa se sustenta na concepção hermenêutica do conhecimento, que se vale da legitimação pelo argumento e sustentada em entendimentos compartilhados em determinada comunidade cultural de referência (Gadamer, 1999; Habermas, 1987; Ricoeur, 1991; Lara; Vizeu, 2020), no caso da comunidade científica, o conhecimento representado pelo paradigma (Kuhn, 1997).

Apesar dessa orientação hermenêutica em nossa reflexão, é preciso também considerar aspectos políticos influenciando esses processos de referência. Neste ponto, como qualquer campo social contemporâneo, a comunidade acadêmica também se subverte aos ditames da lógica econômica contemporânea. A subversão da criatividade humana ao interesse econômico da indústria capitalista que se estabelece no campo cultural foi originalmente ensaiada por Adorno e Horkheimer (1985) na apresentação do seu conceito de indústria cultural. Todavia, consideraremos a crítica de Walters (2004) sobre tal subversão por se tratar de um ensaio endereçado especificamente ao mundo editorial da comunidade científica. Como sugere esse último autor, a influência do interesse econômico da indústria editorial sobre a comunidade acadêmico-científica – particularmente na área de humanidades - é tamanha que a própria intenção emancipadora do conhecimento científico perdeu seu sentido para atender aos interesses próprios dos envolvidos – empresas

editoriais, editores de revistas e livros, autores. Somos condicionados por uma lógica própria de produção e consumo, em um produtivismo acelerado onde nós próprios alimentamos o sistema que nos corrompe.

Assim, a revisão sistemática quantitativa no campo acadêmico-científico em Administração se tornou uma estratégia proveitosa para garantir a competitividade de publicações, já que representa um proceder amplamente defendido e aceito pela comunidade científica da área e com pouco (ou nenhum) questionamento. No entanto, não sendo intenção do presente texto entrar nos argumentos do debate/crítica ao *'publish or perish'* já muito avançada em nosso meio, a intenção deste ensaio é mais propositiva, pois intenta revelar que esta forma de Economia Política revelada pela crítica desta prática se funda na constatação – para o bem e para o mal – de que, aquilo que chamamos de literatura científica está longe de configurar como o *locus* da verdade, como bem asseverou Bourdieu (2011). É assim que nos indagamos qual o *status* das práticas de levantamento bibliográfico que se fundam em uma premissa de verdade científica. Acrescentamos a essa constatação o caráter sociolinguístico da interação comunicativa, bem como a pluralidade epistemológica que nos leva a disputas semânticas.

Neste sentido, a intenção deste texto não é desqualificar a prática de levantamento bibliográfico, tendo em conta que partimos da premissa de que a comunicação acadêmica pressupõe uma rigorosa conexão de um autor/pesquisador com sua comunidade de linguagem. Dito de outra forma, o autor acadêmico não é um cronista; suas ideias e constatações precisam estar sistematicamente conectadas com os conceitos, as hipóteses, as abordagens, os indícios, as evidências - em uma palavra, o pensamento da comunidade acadêmico-científica. Entretanto, importa aos membros dessa comunidade compreender a dimensão social e política que se estabelece na construção da literatura, o que também expressa seu caráter sociolinguístico, onde a pluralidade conceitual retrata não somente diferentes visões de mundo, mas também, disputas políticas por legitimação, interesse econômico, competição entre escolas de pensamento, etc.

É assim que defendemos novas premissas para a prática da revisão bibliográfica, onde o autor do texto se vale deste proceder como uma forma de se posicionar nesta disputa, bem como de esclarecer à comunidade qual a sua contribuição intelectual neste intento. Apresentamos três premissas que podem apontar para uma nova sistematização de literatura para textos acadêmicos, de natureza qualitativa e sociolinguística. Esse esforço é inspirado naquilo que Ricoeur (1991) considera como o ideal utópico de transformação do *status quo*⁵, bem como na esperança de que o fazer acadêmico retome seu ideal de transformação social pelo debate fundamentado e racional (Walters, 2004).

A revisão bibliográfica se refere a uma escolha. Essa premissa tem uma dupla intenção. Primeiramente, a de que devemos abandonar a pretensão de que conseguimos 'cobrir' tudo o que existe no mundo acadêmico. Essa postura por parte dos autores em suas revisões é ingênua, considerando

5 Como pode ser observado nesse ensaio, o *status quo* da revisão de literatura é compreendido por nós pela falaciosa adoção dos procedimentos quantitativistas e outras premissas positivistas de revisão de literatura que estão cada vez mais na moda na área de Administração.

o gigantismo do sistema editorial mundial, os diferentes idiomas e, mesmo nas publicações em inglês, o pluralismo terminológico incomensurável. Essa incapacidade de cobertura do campo pelas técnicas quantitativas de revisão sistemáticas pode ser medida pelo fato destas desconsiderarem a diversidade de sentidos expressos nos diferentes léxicos especializados dos subgrupos acadêmicos, fundados na organização política destes grupos em seus feudos lexicais, epistemológicos e editoriais. É assim que chegamos ao segundo aspecto da premissa, que é escolhermos onde pretendemos nos posicionar nesse campo plural de disputas lexicais. É importante reconhecer que há outras formas de pensar/significar os conceitos teóricos – dando conta de que a pluralidade e divergência epistemológica são legítimas no campo acadêmico, especialmente nas humanidades – mas nós precisamos escolher onde queremos lutar nossa batalha argumentativa. Para aqueles que estão começando em determinado objeto de estudo, cautela sempre é bom, para não se comprometer com determinada tradição acadêmica muito cedo, sem antes conhecer todas as possibilidades que existem na literatura. Assim sendo, um bom começo é justamente o de apreciar os estudos revisionais já feitos.

Busque por revisões já feitas para uma apreciação preliminar do campo. Como já apontado, começar por quem já realizou uma análise do tema no campo é proveitoso. Isso nos permite ter um panorama geral sobre o tema no campo, um primeiro contato, uma **visão provisória** sobre como nosso objeto de estudo é ou foi tratado pela literatura acadêmica. Também nos dá condições de se assenhorar de aspectos gerais importantes do campo. Obviamente, isso não significa que devemos aceitar a interpretação dos revisionistas como ‘a verdade’ sobre o campo; significa, apenas, dar crédito ao trabalho de outro, ao esforço de levantamento, organização e análise de um colega interessado no mesmo objeto que nós. A partir deste panorama traçado por outros trabalhos revisionistas, podemos ter uma orientação inicial para o nosso próprio esforço. Contudo, é importante que tenhamos cuidado em identificar a orientação epistemológica do estudo revisionista que nos valem para essa apreciação inicial. Isto pode nos dar pistas de lacunas que precisam ser investigadas a partir de nosso olhar.

A seleção dos textos referenciados deve considerar o desenvolvimento histórico do tema revisado. Um bom lugar para começar a buscar é entender como um objeto de estudo começou a ser mais sistematicamente estudado pela comunidade científica. Boas revisões do campo consideram a história, já que a produção acadêmica é uma produção social. Perguntas como ‘quem foi o primeiro a tratar do tema?’ ‘qual seu campo de conhecimento?’ ‘quais suas preocupações iniciais?’ são úteis para retratar como a literatura se articulou diante de um tema. A partir da origem, é importante reconstruir o caminho ao longo do tempo, verificando suas principais transformações até chegar ao momento atual.

Finalmente, salientamos a importância de se compreender quais são as bases epistemológicas que fundamentam os textos da literatura revisada. Contudo, reconhecemos que o conhecimento sobre epistemologia ainda é algo a ser ampliado na formação acadêmica. Para aqueles que já foram iniciados no pensamento epistemológico – como, por exemplo, muitos dos doutorandos de programas de pós-graduação onde a epistemologia está

presente na grade curricular – pode ser um bom exercício de análise da literatura do seu tema de interesse e estudo, visando um posicionamento mais refinado diante dessa produção. Mesmo assim, é possível se valer de boas revisões de literatura somente tendo em conta as premissas apresentadas anteriormente. O ponto fundamental é não se esquivar daquilo que é fundamental na revisão de literatura, ou seja, o princípio de conexão com a comunidade linguística que se pretende, a construção de um caminho de escolhas relacionadas aos seus interesses e seus valores, em uma palavra, guiar-se pelo ideal de estar construindo um conhecimento emancipatório, a começar para quem o produz (Lara; Vizeu, 2020). Adotar um procedimento sistemático é parte de uma premissa do fazer científico, mas não precisa ser uma condição absoluta para se fazer pesquisa. O método não pode ser algo que aprisione, não pode ser assumido de forma dogmática; assim como o debate e a crítica fazem parte da construção do conhecimento científico, é preciso também que essa postura seja assumida em relação a esta espécie de ‘canonização’ de certos procedimentos.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo nº 402906/2021-7, pelo incentivo ao projeto de pesquisa coordenado pelo primeiro autor. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Programa Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), Código 001, que, por meio do Programa de Pós-Graduação da Universidade Positivo, concede bolsa de estudo aos demais autores.

Referências

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985) A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 99-138.
- Alvarado, R. U. (2002). A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. *Ciência da Informação*, 31(2).
- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, 12(1), 11-32.
- Araújo, R. A. V. (2013). Abordagem qualitativa na pesquisa em Administração: um olhar segundo a pragmática da linguagem. EnEPQ, 4. *Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*, 4, Brasília, BR.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Becker, H. (1993) *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Bourdieu, P. (2011) *Homo academicus*. (2. ed.) Florianópolis: Editora da UFSC.
- Bradford, S. C. (1985). Source of information on specific of subjects 1934. *Journal of Information Science*, 10(4), 176-180.

- Burrell, G., & Morgan, G. (1979) *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann Educational Books.
- Calaça, P. A., & Vizeu, F. (2015). Revisitando a perspectiva de James MacGregor Burns: qual é a ideia por trás do conceito de liderança transformacional? *Cadernos Ebape.BR*, 13(1), 121-135.
- Chalmers, I; Hedges, L. V., & Cooper, H. (2002). A brief history of research synthesis. *Evaluation & the Health Professions*, 25(1), 12-37.
- Chalmers, I. (1993). The Cochrane collaboration: preparing, maintaining, and disseminating systematic reviews of the effects of health care. *Annals of the New York Academy of Science*, (703), 156-163.
- Chalmers, I. (2003). The James Lind initiative. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 96(2), 575-576. Recuperado em: 13 out. 2021 de: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC539653/>>.
- Cooper, H. (1986). The integrative research review: a systematic approach. sage publications: Beverly Hills, 1984, 143 p. In *Educational Researcher*, 15(8), 17-18.
- Cooper, H. M. (1982). Scientific guidelines for conducting integrative research reviews. *Review of Educational Research*, 52 (2), 291-302.
- Denyer, D., & Neely, A. (2004). Introduction to special issue: Innovation and productivity performance in the UK. *International Journal of Management Reviews*, 5/6(3&4), 131-135.
- Denzin, N (2014). Writing and analysis or performing the world. In U. Flick, *Qualitative Data Analysis*. 569-584. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington: Sage.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2000) The discipline and practice of qualitative Research. In N. K., Denzin, & Y. S., Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*, Sage, Thousand Oaks, 1-32.
- Feldman, K. A. (1971). Using the work of others: some observations on reviewing and integrating. *Sociology of Education*. 44(1), 86-102.
- Gadamer, H. G. (1999). *Verdade e método*. (3 ed.) Petrópolis, RJ: Vozes. 2 vols.
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183-184.
- Garfield, E. (1955). Citation indexes for science: a new dimension in documentation through association of ideas. *Science*, 122(3159), 108-111.
- Garfield, E. (1979). Is citation analysis a legitimate evaluation tool? *Scientometrics*, 1(4), 359-375.
- Garfield, E. (1998). Mapping the world of science. In *Presentation - Topical paper presented at the 150th Anniversary Meeting of the AAAS*, Philadelphia, PA. February 14. Recuperado em: 13 out. 2021 de: <<http://www.garfield.library.upenn.edu/papers/mapsciworld.html>>.
- Garfield, E. (2006). The history and meaning of the Journal Impact Factor. *Jama: The Journal of the American Medical Association*, 295(1), 90-93.
- Glass, G. V. (1976). Primary, secondary, and meta-analysis of research. *Educational Researcher*, 5(10), 3-8.

- Gosnell, C. F. (1944). Obsolescence of books in college libraries. *College & Research Libraries*, 5(2), 115-125.
- Gross, P. L., & Gross, E. M. (1927). College libraries and chemical education. *Science*, 66(1713), 385-389.
- Greenhalgh, T., Robert, G., Macfarlane, F., Bate, P., Kyriakidou, O., & Peacock, R. (2005). Storylines of research in diffusion of innovation: a meta-narrative approach to systematic review. *Social Science & Medicine*, 61(2).
- Habermas, J. (1982) *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Habermas, J. (1987) *Dialética e hermenêutica*. Porto Alegre: L&PM.
- Hessen, J. (2000) *Teoria do conhecimento*. São Paulo. Martins Fontes.
- Hoon, C. (2013). Meta-synthesis of qualitative case studies: a approach to theory building. *Organizational Research Methods*, 16(4).
- Jacques, R. S. (2006) History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. *Management & Organizational History*, 1(1) 31-49.
- Jackson, G. B. (1980). Methods for integrative review. *Review of Educational Research*, 50(3), 438-460.
- Jenks, L. H. (1960). Early phases of the management movement. *Administrative Science Quarterly*, 5(3), 421-447.
- Jensen, L. A., & Allen, M. N. (1996). Meta-synthesis of qualitative findings. *Qualitative Health Research*, 6 (4).
- Kreutz, R. R., Vieira, K. M., Dutra, V. R., & Silva, W. V. (2020). State-of-the-art: a systematic review of the literature on financial well-being. *Revista Universo Contábil*, 16(2), 87-109.
- Kuhn, T. S. (1997). *A estrutura das revoluções científicas* (5a ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Lara, G., & Vizeu, F. (2020). Análise crítico-emancipatória de discurso: um ensaio metodológico. *Revista Organizações & Sociedade*. 27(94), 484-507.
- Light, R. J., & Smith, P. V. (1971). Accumulating evidence: procedures for resolving contradictions among different research studies. *Harvard Educational Studies*, 41(4), 429-471.
- Lind, J. (1747). A treatise of the scurvy. In three parts. Containing an inquiry into the nature, causes and cure, of that disease. Together with a critical and chronological view of what has been published on the subject. Edinburgh: *Printed by Sands, Murray and Cochran for A Kincaid and A Donaldson*. Recuperado em: 13 out. 2021 de: <<https://www.jameslindlibrary.org/lind-j-1753/>>.
- Lotka, A. J. (1926). The frequency distribution of scientific productivity. *Journal of the Washington Academy of Sciences*, 16(12), 317-323.
- Martins, D. G. (2021). O estado da arte da capacidade institucional: uma revisão sistemática da Literatura em Língua Portuguesa. *Cadernos Ebape.BR*, 19(1), 165-189.
- Matitz, Q. R. S., & Vizeu, F. (2012). Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 577-598.

- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio teórico? *Rev. Adm. Contemp.*, 15 (2).
- Mulrow, C. D. (1987). The medical review article: state of the science. *Annals of International Medicine*, 106, 485-488.
- Noblit, G. W., & Hare, R. D. (1999). Chapter 5: Meta-etnography: synthesizing qualitative studies. *Counterpoints*, 44.
- O'Rourke, K. (2006). A historical perspective on meta-analysis: dealing quantitatively with varying study results. *JLL Bulletin: Commentaries on the history of treatment evaluation* Recuperado em: 13 out. 2021 de: <<https://www.jameslindlibrary.org/articles/a-historical-perspective-on-meta-analysis-dealing-quantitatively-with-varying-study-results/>>.
- Otlet, P. (2018). Tratado da documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática. Tradução: Taiguara Villela Aldabalde e outros. In A. A. Briquet de Lemos (Org.). *O Sesquicentenário de Paul Otlet 1868-2018*. Briquet de Lemos.
- Oxman, A. D., & Guyatt, G. H. (1988). Guidelines for reading literature reviews. *CMAJ: Canadian Medical Association journal = journal de l'Association medicale canadienne*, 138(8), 697-703.
- Paré, G., Trudel, M. C., Jaana, M., & Kitsiou, S. (2015). Synthesizing information systems knowledge: a typology of literature reviews. *Information & Management*, 52.
- Pearson, K. (1904). Report on certain enteric fever inoculation statistics. *British Medical Journal*, (2), 1243.
- Pritchard, A. (1969). Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation*, 25 (4), 348-49.
- Purssel, E., & McCrae, N. (2020). *How to perform a systematic literature review: a guide for healthcare researchers, practitioners and students*. Springer. Recuperado de: 13 out. 2021 de: <<https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-49672-2>>.
- Ricoeur, P. (1991) *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70.
- Rosenthal, R., & Rubin, D. B. (1978). Interpersonal expectancy effects: The first 345 studies. *Behavioral and Brain Sciences*, 1(3), 377-415.
- Rossoni, L. (2018). Editorial: produtivismo e coautoria cerimonial. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(2), 1-8.
- Rt. Hon. Lord Rayleigh. In *Report of the fifty-fourth meeting of the British Association for the Advancement of Science; held at Montreal in August and September 1884*. London: John Murray: 3-23. Recuperado em: 23 out. 2021 de: <<https://www.jameslindlibrary.org/rayleigh-the-lord-1885/>>.
- Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2), 46-71.
- Silva, A. B., & Roman Neto, J. (2006). Pesquisa multiparadigmática nos estudos organizacionais. In A. B. Silva, C. K. Godoi, & R. Bandeira-de-Mello (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*, São Paulo, Saraiva.
- Solla Price, D. (1978). Editorial statements. *Scientometrics*, 1, 3-8.
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Integrative review: what is it? How to do it?. *Einstein* (São Paulo), 8 (1).

- Stefani, D.; Vizeu, F. (2014) Contribuições da análise sócio-histórica à pesquisa organizacional e da Administração. *Perspectivas Contemporâneas*, 9(2), 187-209.
- Stokes, D. E. (2005) *O Quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica*. Campinas-SP: Editora Unicamp.
- Thompson, J. (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. (9 ed). Petrópolis: Vozes.
- Torres, K. R. (2020). *Para além da editoração: as relações de poder e a prática editorial em revistas científicas da área de Administração*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, 14, 207-222.
- Üsdiken, B; Pasadeos, Y. (1995) Organizational analysis in north america and europe: a comparison of co-citation networks. *Organization Studies*, 16, 503-526.
- Vieira, P. F., & Boeira, S. L. (2006). Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In A. B. Silva, C. K. Godoi, & R. Bandeira-de-Mello (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*, São Paulo, Saraiva.
- Vizeu, F., Macadar, M. A., & Graeml, A. R. (2016). Produtivismo acadêmico baseado em uma perspectiva habermasiana. *Cadernos Ebape.BR*, 14(4), 984-1000.
- Vlačić, B., Corbo, L., Silva, S. C., & Dabić, M. (2021). The evolving role of artificial intelligence in marketing: A review and research agenda. *Journal of Business Research*, 128.
- Walters, L. (2004) *Enemies of promise: publishing, perishing, and the eclipse of Scholarship*. Chicago: Prickly Paradigm Press.
- Winkestein Jr., W. (1998). The first use of meta-analysis? *American Journal of Epidemiology*, 147(8), 717.
- Zipf, G. K. (1949). *Human behavior and the principle of least effort*. Cambridge, (Mass.): Addison-Wesley, 573.
- Zupic, I; Čater, T. (2015) Bibliometric methods in management and organization. *Organizational Research Methods* 18(3), 429-472.